

RITA TOURINHO

CONCURSO PÚBLICO
ANÁLISE ABRANGENTE DE
QUESTÕES DOUTRINÁRIAS,
LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS

Belo Horizonte

FÒRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Aratijo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

1727c Tourinho, Rita
Concurso público: análise abrangente de questões doutrinárias, legais e jurisprudenciais / Rita Tourinho. – Belo Horizonte : Fórum, 2020.

312p., 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-85-450-0696-1

1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. I. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TOURINHO, Rita. *Concurso público: análise abrangente de questões doutrinárias, legais e jurisprudenciais*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 312p. ISBN 978-85-450-0696-1.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
CONCURSO PÚBLICO: GARANTIAS	
PRINCIPIOLÓGICA E CONSTITUCIONAL	
1.1	O processo seletivo para ingresso no serviço público 17
1.2	Natureza jurídica do concurso público..... 22
1.3	O concurso público como processo garantidor de princípios administrativos..... 25
CAPÍTULO II	
DAS EXCEÇÕES CONSTITUCIONAIS À	
OBRIGATORIEDADE DO CONCURSO PÚBLICO	
2.1	Noções introdutórias..... 37
2.2.	Exigência do concurso público no âmbito da Administração indireta: a situação das empresas estatais exploradoras de atividade econômica e dos conselhos de fiscalização profissional..... 37
2.3.	Dos cargos em comissão 42
2.4.	Da contratação temporária de excepcional interesse público 47
2.5	Outras exceções à regra do concurso público 53
CAPÍTULO III	
BURLA À REGRA DO CONCURSO PÚBLICO	
ATRAVÉS DO PROVIMENTO DERIVADO..... 57	
3.1.	Provimentos originário e derivado..... 57
3.2.	A regra do concurso público frente aos tipos de provimento..... 59
3.3	Do concurso interno..... 61
3.4	A terceirização como burla à regra do concurso público 64

CAPÍTULO IV	
DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO..... 69	
4.1	Do processo licitatório: antecedente necessário aos contratos administrativos 69
4.2	A contratação direta de empresas para realização de concurso público 71
4.3	Da licitação para contratação de empresa voltada à realização de concurso público 80
4.4	Do projeto básico e o consequente contrato: busca da eficiência 86

CAPÍTULO V	
DOS REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E AS EXIGÊNCIAS PARA A INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS..... 91	
5.1	Aspectos gerais..... 91
5.2	Da criação de cargos e empregos públicos..... 92
5.3	Da constituição da banca examinadora 96
5.4	Das exigências para inscrição em concurso público 101
5.4.1	Do edital de concurso..... 101
5.4.2	Das exigências referentes à pessoa do candidato..... 104
5.4.3	Do pagamento do valor da inscrição..... 114

CAPÍTULO VI	
DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO: O DIREITO À NOMEAÇÃO E O CADASTRO DE RESERVA..... 121	
6.1	Aspectos introdutórios..... 121
6.1.1	Da abertura do concurso público..... 121
6.1.2	Do deferimento das inscrições 123
6.2	Das provas do concurso público 125
6.2.1	Questões vinculadas à realização das provas 133
6.3	Da análise dos títulos e outras possíveis fases do certame..... 138
6.4	Da divulgação dos resultados e homologação do concurso..... 143
6.5	Do direito à nomeação 145
6.6	Do concurso para cadastro de reserva 150

CAPÍTULO VII

RESERVA DE VAGAS EM CONCURSO PÚBLICO

E AÇÕES AFIRMATIVAS 153

- 7.1 Da perspectiva do princípio da igualdade frente às desigualdades 153
- 7.2 Das ações afirmativas 155
- 7.3. Da pessoa com deficiência e a sua especial proteção..... 157
- 7.4 Reserva de vagas em concurso público para pessoas com deficiência como ação afirmativa 159
- 7.5 Outras ações afirmativas 165

CAPÍTULO VIII

DA EXTINÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO E O

DESVIO DE FINALIDADE NA REALIZAÇÃO DE

NOVO CERTAME NO PRAZO DE VALIDADE

DE CONCURSO ANTERIOR: QUESTÕES

CORRELATAS 171

- 8.1 Da anulação de atos e procedimentos administrativos..... 171
- 8.1.1 Do processo invalidador do concurso público e seu limite temporal 176
- 8.1.2 Dos efeitos da invalidação do concurso público e o direito à indenização 180
- 8.2 Da convalidação do concurso público 185
- 8.3. Da revogação do concurso público: limites e consequências 188
- 8.4 Do prazo de validade do concurso público e o desvio de finalidade na abertura de novo certame concursal..... 195
- 8.5 Realização de concurso público em ano eleitoral..... 200

CAPÍTULO IX

O CONTROLE DOS ATOS DE ADMISSÃO

NO SERVIÇO PÚBLICO 207

- 9.1 Noções introdutórias 207
- 9.2 O controle administrativo do concurso público..... 210
- 9.2.1 O recurso administrativo como meio de impugnação do concurso público..... 211
- 9.3 O controle exercido pelos Tribunais de Contas nos concursos públicos..... 216
- 9.4 Meios de controle jurisdicional do concurso público 220

9.4.1.	Extensão do controle jurisdicional da atividade administrativa.....	220
9.4.2	O mandado de segurança como meio de controle do concurso público	225
9.4.3	Da ação popular no controle do concurso público.....	236
9.4.4	A ação civil pública na impugnação do certame concursal.....	241
9.5	O controle externo do concurso público exercido pelo Ministério Público através de instrumentos extrajudiciais.....	252
9.5.1	Do inquérito civil	253
9.5.2	Da recomendação.....	255
9.5.3	Do termo de ajustamento de conduta – TAC.....	258

CAPÍTULO X

VÍCIOS DO CONCURSO PÚBLICO

ENQUADRADOS COMO ATOS DE

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

10.1	Considerações gerais sobre a Lei de Improbidade Administrativa.....	263
10.2	Do agente ativo da improbidade administrativa no concurso público	266
10.3	Dos tipos de improbidade administrativa vinculados ao concurso público	271
10.3.1	O enriquecimento ilícito em face do concurso público	272
10.3.2	O prejuízo ao erário vinculado ao concurso público.....	277
10.3.3	A violação de princípios e o certame concursal	283
10.4	Das sanções aplicadas aos atos de improbidade administrativa decorrentes do concurso público e a possibilidade de formalização de compromisso de ajustamento de conduta	292

REFERÊNCIAS	305
-------------------	-----